

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. A Tecnologia a Serviço da Democracia: Processo Eleitoral Virtualizado.....	9
1.1 Conceituação de <i>Blockchain</i> : para uma Concisa Introdução a esta Tecnologia.....	25
1.2 Aplicações Basilares e Expectativas	26
1.3 Capacidades e Limitações da Tecnologia <i>Blockchain</i>	37
1.4 A Estrutura do <i>Blockchain</i> , breve olhar	44
1.4.1 <i>Blockchain</i>	47
1.4.1.1 As Cadeias de Blocos.....	48
1.4.1.2 Transações.....	50
1.4.2 Segurança.....	52
1.4.2.1 A Função Hash	55
1.4.2.2 Padrões e Regulações.....	59
1.4.2.3 Criptomoeda: Regulação e Tributação.....	65
1.4.3.2.1 Automação.....	73
1.4.3.2.2 A Simplificação Funcional entre Agente e Entidade Intermediária	75
1.4.2.3.3 O <i>Blockchain</i> como Alternativa para Contornar os Vícios da Democracia Representativa	83
1.4.2.3.4 A Segurança da Democracia e a Tecnologia <i>Blockchain</i>	90

Capítulo 2. Marco Legal: A Proteção de Dados Pessoais ao Longo dos Tempos e as Realidades Extra e Intramuros Brasileiro..... 103

- 2.1. Breve Historiografia: das Eras Greco-Romana à Atual 113
- 2.2. A Diretiva 95/46/CE, de 25 de outubro de 1995,
do Parlamento Europeu 123
- 2.3. A Declaração Universal dos Direitos Humanos como Carta
Suprema dos Direitos Individuais, em seu art. 8º 129
- 2.4. A Constituição da República Portuguesa (CRP),
de 1976 e seu Pioneirismo na Guarda dos Dados
Pessoais da Pessoa Humana (art.35) seguida das
Espanhola, de 1978 (art. 18º, nº1); Finlandesa,
de 2000 (art. 8º) e Grega (1975/2001 (art. 9º) 141
- 2.5. O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR)
da União Europeia (EU) 2016/679, de 2018 e o *Blockchain*:
compatíveis ou incompatíveis? 162
 - 2.5.1. A Carta dos Direitos Fundamentais
da União Europeia 2000/C 364/01 170
 - 2.5.2. Os Estados Unidos da América do Norte e
a Proteção de Dados Pessoais da Pessoa Humana..... 179
- 2.6. A China e o Entendimento de Sua Suprema Corte
quanto à Tecnologia *Blockchain*..... 191
- 2.7. O Brasil e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)..... 199
 - 2.7.1. Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019 205
 - 2.7.2. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/19
e a Atualização da Constituição da República
Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 5º,
Inciso XII e artigo 22, inciso XXX 214

Capítulo 3. A Legitimidade das Provas em <i>Blockchain</i>	219
3.1. Desafios Legislativos e Regulatórios do <i>Blockchain</i>	229
3.2. Aspectos Técnicos Relativos à Divulgação de Artifícios na Aplicação de <i>Blockchain</i> em Relação a ‘Direitos e Registros’ e ‘Contratos Inteligentes’	233
3.3. Com Consentimento e Sem Consentimento: Uma Distinção Fundamental	240
3.3.1. A Ficção de ‘Validação’	243
3.3.2. O Significado Mutável de ‘Imutabilidade’	252
3.4. Direitos e Registros	261
3.4.1. Registros de Ativos de <i>Blockchain</i> Privado	266
3.4.2. As Perspectivas do Causídico e o Tecnólogo	271
3.4.3. Centralização ou Descentralização: Qual o Melhor Percurso Para Acelerar Transações?	282
3.4.4. Legislação Esparsa de Proteção de Dados	289
3.4.4.1. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil	302
3.4.4.2. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor.	310
3.4.4.3. A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral	316
3.5. A Tímida Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014: O Marco Civil da Internet e o Vácuo Ainda Existente para a Efetiva Proteção dos Dados Pessoais no Brasil	322

Capítulo 4. Desafios da Virtualização da Democracia	327
4.1 Cismogênese (Bateson).....	334
4.2 Guerra Híbrida.....	343
4.2.1 Fake News e Pensamento Paralelo	357
4.2.2 A Afluência da Extrema Direita na Internet e a Onda Conservadora.....	365
4.2.4 Comunicação Popular e Comunitária e a Imprensa Interativa	392
4.2.5. A Ameaça da Utilização das <i>Deepfakes</i>	401
Considerações Finais.....	421
Referências Bibliográficas.....	427